

- Seminário debate reforma do Código Florestal;

Frente Parlamentar da Agropecuária inicia mobilização para votação do Código Florestal

A Frente Parlamentar da Agricultura (FPA) realizou hoje na Câmara dos Deputados um seminário sobre a reforma do Código Florestal visando iniciar a mobilização para a votação do projeto no Plenário no mês de abril e fazer um contraponto aos argumentos que estão sendo divulgados pelos ambientalistas.

O deputado Moreira Mendes (PPS/RO), atual coordenador da FPA, informou que serão realizadas mobilizações nas próximas semanas com a visita de agricultores à Câmara e que está prevista uma grande mobilização para o dia 5 de abril “com aproximadamente 10 mil produtores rurais, pois é urgente que a matéria seja votada para levar paz ao campo”. Além disso, salientou que amanhã haverá o evento de relançamento da FPA.

Primeiro palestrante do seminário, o **deputado Aldo Rebelo (PCdoB/SP)** defendeu o seu relatório aprovado em Comissão Especial no ano passado, mas ressaltou estar aberto para promover ajustes que “atendam a necessidade de garantir a produção no campo respeitando o meio ambiente”. Aldo disse que concorda com pleito da CONTAG - Confederação dos Trabalhadores na Agricultura – de que os estados possam reduzir as áreas de preservação permanente (APPs) nas margens de rios em 50% para os pequenos agricultores e afirmou que defenderá esse pleito junto ao governo e aos deputados. O deputado ainda fez críticas à imprensa “dos grandes centros urbanos”, que estaria produzindo matérias sem verificar a real situação da grande maioria dos proprietários rurais, especialmente dos pequenos agricultores. Ao final, Aldo salientou a necessidade de votação urgente do relatório, pois “todos os posicionamentos já são conhecidos e não há motivo para postergação”.

Os demais palestrantes do evento – **Antonio Carlos Rodrigues do Amaral**, Professor de Direito Constitucional na da Universidade Mackenzie, e **Luis Moraes**, Procurador da Fazenda Nacional, ressaltaram que as modificações contidas no relatório do deputado Aldo Rebelo respeitam a Constituição e não implicarão no aumento do desmatamento, como afirmam os ambientalistas.

Apresentando dados técnicos e levantamentos fotográficos e topográficos de regiões do Rio de Janeiro, Luis Moraes afirmou que mesmo com o cumprimento das regras atuais do Código Florestal as recentes tragédias nessas regiões teriam ocorrido. “As modificações que se pretende fazer no Código Florestal não flexibilizam as regras para áreas urbanas”, disse Moraes.

panel

■ Ciclo de debates sobre o Código Florestal

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Senado aprovou hoje requerimento de seu presidente, senador Rodrigo Rollemberg (PSB/DF), para inserir entre os convidados no “Ciclo de Debates” sobre a reforma do Código Florestal o ministro do STJ Herman Benjamin.

■ Resíduos Sólidos

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) também aprovou requerimento para inserir o superintendente da ABIVIDRO – Associação Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro, Lucien Mulder Belmonte, entre os convidados para o debate sobre a implantação e os prazos para as medidas contidas no Decreto nº 7.404/2010, que regulamentou a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e criou o Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

Para o palestrante, a polêmica sobre os impactos na Amazônia é fruto de um desconhecimento e de um “debate raso”, pois 76% do bioma é de terras públicas onde não se aplicam as regras de reserva legal e APPs. Por fim, apresentou dados sobre os impactos econômicos caso se suspenda a produção em áreas de reserva legal e APPs consolidadas, ressaltando que isso custaria à União, estados e municípios aproximadamente R\$ 102 bilhões e R\$ 28 bilhões em arrecadação tributária.

Entre os agricultores que se manifestaram **Edgar Manoel**, do município de Boca do Acre no Amazonas, emocionou os parlamentares. Disse que chegou à região há mais de 30 anos e adquiriu uma propriedade de 100 hectares já desmatada e que no ano 2000 desmatou mais 25 hectares. Em 2004 foi multado em R\$ 270 mil, sendo que sua propriedade vale em torno de R\$ 100 mil, e teve seu CPF suspenso. “Essa é a realidade da minha região e certamente de várias regiões do Brasil”, disse Edgar.